



NÃO NOS LIXEM MAIS!

PE DEFENDE AUTODETERMINAÇÃO SARAUI

No dia 7 de fevereiro, o Parlamento Europeu aprovou o seu mandato para a XXII Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a decorrer em Genebra, de 25 de fevereiro a 22 de março.

Na proposta de resolução apresentada, pode ler-se que o PE “Manifesta a sua apreensão face à contínua violação dos direitos humanos no Sara Ocidental; insta à proteção dos direitos fundamentais do povo do Sara Ocidental, incluindo a liberdade de associação, a liberdade de expressão e o direito de manifestação; solicita a libertação dos prisioneiros políticos saraui; congratula-se com a criação de um enviado especial ao Sahel e salienta a necessidade de acompanhamento internacional da situação observada no Sara Ocidental em matéria de direitos humanos; defende uma solução justa e duradoura para o conflito, com base no direito à autodeterminação do povo saraui, em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas” [ponto 21].

Espoliado dos seus valiosos recursos naturais – fosfatos, petróleo e pescas – e condenado a uma cruel repressão, com ausência quase total dos mais elementares direitos, o povo saraui continua dividido entre os territórios ocupados pelo reino de Marrocos, onde é sujeito a detenções arbitrarias, tortura, “desaparecimentos” e acampamento de refugiados em condições precárias e cada vez mais dependentes da cada vez mais escassa ajuda internacional.

Por ocasião do 37º aniversário da proclamação da independência da República Árabe Saraui Democrática, e assinalando o dia 8 de março, saudamos calorosamente o povo saraui, em especial as mulheres, que continuam a demonstrar uma coragem e uma dignidade exemplares.



Henrique Borges

spn
informação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico e Foto da Capa Ana Alvim · **Pós-produção Digital** Rui Moreira · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

ONDE ESTÁ O MINISTRO?

M

De 18 a 22 de fevereiro, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) promoveu uma semana de luto e de luta em defesa da Escola Pública, chamando a atenção da sociedade para os graves problemas com que a Educação e a profissão docente se confrontam. Problemas que as medidas impostas nos últimos anos têm vindo a agravar, afetando de forma muito negativa o funcionamento das escolas e das universidades e a vida de quem lá estuda e trabalha. Considerando que estão em curso transformações profundas no sistema educativo e que é necessário discutir as suas consequências, nomeadamente no que à educação pública diz respeito, a Fenprof promoveu em cada dia da semana, uma conferência de imprensa centrada na abordagem de um tema: a situação no Ensino Superior, a instabilidade profissional e de emprego, a desvalorização salarial e das carreiras, os mega-agrupamentos e a municipalização, o agravamento dos horários e das condições de trabalho dos professores. Durante a semana, que foi assinalada nas escolas com iniciativas de cariz diverso, vários órgãos de comunicação social promoveram debates sobre o estado da educação, colocando no centro do debate público a sua importância como elemento decisivo e fundamental para a construção do nosso futuro coletivo. Isso é tanto mais importante quanto mais evidente se torna, a cada dia que passa, o desinvestimento na educação pública.



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

Números divulgados recente-

mente pelo Ministério das Finanças mostram claramente que, no quadro da Administração Pública, o Ministério da Educação e Ciência liderou o movimento de saída de funcionários em 2012, acabando o ano com menos 15.475 quadros, de um total de 28.132 saídas.

Face à desproporção dos números, e tendo em conta que é suposto os ministros defenderem as pastas que tutelam (responsabilidade maior no caso de áreas estratégicas para o desenvolvimento do país), é caso para perguntar se temos ministro da Educação. Onde esteve Nuno Crato em 2012?

A Fenprof continua a exigir reunir com o ministro, que é quem tem de responder politicamente pelas medidas de desinvestimento e de elitização da educação e do ensino públicos.

No dia 2 de março, mais de um milhão de portugueses saíram à rua para censurar o governo e a *troika*, exigindo mudanças efetivas num caminho de austeridade e empobrecimento que está a tornar a sociedade portuguesa cada vez mais desigual e mais injusta. Em 40 cidades portuguesas, milhares de cidadãos disseram “Basta!”, mostrando claramente a sua insubmissão a ditames neoliberais e a sua determinação em lutar pela democracia e por um país mais justo e mais solidário. Esta manifestação coincidiu com a sétima avaliação do cumprimento do “memorando de entendimento”. Para a esmagadora maioria dos portugueses, o agravamento da crise social, as sucessivas revisões em baixa do crescimento económico e as sucessivas revisões em alta do desemprego e da dívida pública, demonstram que o memorando falhou. No entanto, com toda a probabilidade e contra todas as evidências, o que a *troika* irá concluir, mais uma vez, é que, no essencial, o programa de ajustamento está a ser um sucesso (Portugal até já foi aos mercados...), insistindo que é preciso prosseguir neste caminho, de mais cortes nos salários e pensões, nos direitos sociais e nos serviços públicos.

A atual situação é insustentável. É urgente uma mudança de rumo, em Portugal e na Europa. Nesse sentido, a Confederação de Sindicatos Alemães (DGB), apresentou recentemente um “Plano Marshall” para a Europa. Trata-se de um programa de desenvolvimento, investimento e relançamento económico – entendido como projeto supranacional, e não como a soma dos interesses individuais dos países – e configura uma proposta construtiva que merece ser estudada como contributo para recolocar a Europa na senda do progresso e da coesão social.

Continuar o caminho da austeridade trará desemprego massivo continuado e prejuízos irreparáveis nos serviços públicos, incluindo na Educação e na Formação. É tempo de se assumir, de facto, uma agenda alternativa à austeridade, que ponha o emprego decente e serviços públicos fortes no centro de um caminho sustentável para uma Europa democrática e social.

MEGA-AGRUPAMENTOS CONTRA TUDO E CONTRA TODOS

Tendo recebido informação de que o Ministério da Educação e Ciência (MEC) se preparava para avançar com a concretização de novas agregações de escolas, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reuniu, em dezembro passado, com as câmaras municipais de Vila do Conde, Braga e Guimarães. Paralelamente, auscultou opiniões de direções, conselhos gerais, professores e associações de pais e encarregados de educação das escolas e agrupamentos a que a administração tinha comunicado que iriam ser objeto dessas agregações.

Dessas reuniões e contactos relevam opiniões críticas e frontalmente contrárias às propostas do MEC. No entanto, à revelia da opinião das comunidades educativas, a administração avançou na primeira quinzena de janeiro com a divulgação de mais 67 novos mega-agrupamentos, 17 na área geográfica do SPN, agregando 35 escolas/ agrupamentos.

O SPN considera inaceitável que o MEC continue a impor esta solução organizativa, mesmo quando vários estudos e pareceres – veja-se a Recomendação do CNE – têm comprovado ser geradora de novos problemas (*ver caixa*).

O SPN reitera que os mega-agrupamentos são unidades orgânicas sobredimensionadas e descaracterizadas, de uma irracionalidade organizativa sem paralelo nos países com que nos costumam comparar, quer na União Europeia, quer na OCDE. Reafirma, por isso, a necessidade de um debate público que avalie as consequências de uma tal reorganização de rede.

Defendendo que deve caber às comunidades educativas a última palavra neste processo, o SPN manifesta a sua disponibilidade para apoiar a contestação que estas vierem a desenvolver para combater um modelo de agregação que é contra o interesse das escolas e dos alunos.

MEGA-PROBLEMAS

Dificuldade de construção de um Projeto Educativo aglutinador de comunidades educativas diferentes. Gestão muito trabalhosa do mega-agrupamento por parte da direção. Desaparecimento da relação de proximidade do órgão de gestão com a(s) comunidade(s) educativa(s). Diminuição do número de postos de trabalho. Comunicação complexa. Morosidade dos processos. Aumento da conflitualidade. Muito maior burocracia. Reforço do controlo e não da autonomia. Elevado número de pessoas por estrutura. Sobrecarga de trabalho dos coordenadores. Deslocações dispendiosas. Dificuldade de ajustamento de horas/locais para reuniões. Avaliação de docentes e não docentes mais dificultada. Desajustamentos na ação. Concentração de poderes. Grande diferença de metodologias e dinâmicas. Sobrevalorização da gestão administrativa face à pedagógica. Entre outros...

SPN REUNIU COM AUTARQUIAS

Braga. A vereadora Palmira Maciel assumiu uma posição muito crítica relativamente à condução do processo, afirmando que a opinião da autarquia, das direções e dos conselhos gerais foi simplesmente ignorada.

Guimarães. A vereadora Francisca Abreu expressou a oposição da Câmara ao modo, substância e princípios subjacentes à constituição dos mega-agrupamentos, afirmando o empenho pessoal e institucional na contestação que os intervenientes educativos decidam promover.

Vila do Conde. Fortemente crítico do processo, o presidente da Câmara, Mário Almeida, deu conta da perplexidade e da total consonância com diretores e presidentes dos conselhos gerais quanto à rejeição da proposta.

O SPN entregou aos autarcas cópia de um estudo que realizou nos mega-agrupamentos já constituídos, que reflete os problemas daí decorrentes.

OFERTAS DE ESCOLA:

Mensagem encaminhada

De: DSRPD E-mail
Data: 4 de setembro de 2012
16:43
Assunto: Esclarecimento
Para:

*Exma. Sr.ª Professora,
De acordo com a leitura do Decreto-Lei nº 132/2012 de 27 de junho, cumpre esclarecer que:
a) o tempo de serviço para contratação de escola é contado até 31 de agosto de 2011;
b) se o pedido de oferta de escola decorrer após o dia 1 de janeiro de 2013, o tempo de serviço é contado até 31 de agosto de 2012.*

Cumprir ainda informar que a nota da formação especializada só pode ser indicada para os professores de quadro. Os professores contratados devem indicar sempre a nota da formação inicial.

*Com os melhores cumprimentos,
DGAE/DSRM*



Ana Alvim

O REINO DO VALE-TUDO

A Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE) não para de surpreender, reclamando-se, até, com capacidade para alterar o passado...

Decididamente, o processo de contratação por oferta de escola continua a comprovar ser um verdadeiro campo minado, onde os desastres se sucedem sem parar!

Tivemos, por um lado, a questão da aplicação dos critérios definidos no artigo 39º do Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, e, sobretudo, os problemas decorrentes da definição de subcritérios para a entrevista de avaliação de competências ou para a avaliação curricular, que, em muitas escolas, redundou – à semelhança do que já acontecera com a definição de critérios em anos anteriores, e sempre denunciado pelo SPN/Fenprof – em escolhas ilegais e inconstitucionais, de que foram exemplos, infelizmente muito frequentes, a continuidade pedagógica, a lecionação no agrupamento em anos anteriores, a experiência de ensino em determinada oferta educativa ou formativa (cursos CEF, EFA ou profissionais, ou em CNO); conhecimento da realidade socioeconómica do agrupamento; residência no concelho da escola/agrupamento ou limítrofe, entre outros.

Esta questão já foi, aliás, abordada na edição anterior, pelo que se dispensam mais considerações sobre a mesma.

Contudo, logo no início do

ano escolar, um outro problema surgiu na contratação pelas escolas, relativamente ao tempo de serviço a considerar nas candidaturas, dando a DGAE, no início de setembro, oralmente e por e-mail [*ver caixa*] a informação de que, nos concursos abertos até ao final de Dezembro, o tempo a considerar seria o prestado até 31.08.2011, enquanto que se o pedido de oferta de escola ocorresse após 1 de Janeiro de 2013, o tempo de serviço seria contado até 31.08.2012.

Logo nessa altura, o SPN/Fenprof alertou a DGAE para o facto de a interpretação relativa ao tempo de serviço a colocar pelos candidatos estar a ser incorreta, ao referir que esse tempo seria contabilizado até 31.08.2011 e não 31.08.2012. Fundamentava-se essa interpretação no facto de o artigo 11º nº 1 do DL132/2012, para o qual remete o artigo 39º, referir a contagem do tempo de serviço “até ao dia 31 de agosto do ano imediatamente anterior ao da data de abertura do concurso”. A DGAE considerou, então, que aquele “ano” se reportava ao ano civil, quando tudo o que se reporta a tempo de serviço no campo da educação sempre tem em conta o ano escolar e não o ano civil...

Contra-argumentámos que, ainda que essa interpretação fosse legítima, a redação do artigo 7º, nº 6, do mesmo diploma não a permitia. Com efeito, ao referir que o tempo de serviço “declarado no boletim de candidatura é contado até ao dia 31 de agosto imediatamente anterior à data de abertura do concurso”, fica claro que “31 de agosto imediatamente anterior” tem o carácter inequívoco que a DGAE não quis ver em “31 de agosto do ano imediatamente anterior”! Esta argumentação, apresentada por escrito e em reunião com o diretor-geral, não mereceu qualquer resposta da DGAE sobre a matéria. Pelo contrário, em vez de corrigir as orientações antes dadas, a DGAE ainda alargou a asneira, pois divulgou uma nota informativa (24.09) em que estabelecia que, para todos os concursos a abrir em 2012/2013, o tempo de serviço a considerar seria o prestado até 31 de agosto de 2011.

O desnorte continuou patente e atingiu o auge nesta matéria quando, em 31 de janeiro, surge uma nova nota informativa a contrariar a de setembro, estabelecendo que “a contagem do tempo de serviço nos concursos abertos pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas

relativos ao ano letivo de 2012-2013, a partir de 1 de janeiro de 2013, deverá contemplar o tempo de serviço até 31 de agosto de 2012”.

Repare-se que a orientação para um procedimento diferente do que estava a ser levado a cabo até então surge em 31 de janeiro, mas para aplicação desde o início do ano! Esta DGAE não para de nos surpreender, reclamando-se, desta feita, com capacidade para viajar no tempo!...

Tudo isto reforça o que o SPN/Fenprof vem há anos reclamando: que a contratação através das escolas volte a ter o carácter residual que a lei já chegou a prever, aplicando-se apenas quando não haja, no respetivo grupo de recrutamento, candidatos por colocar ou quando um horário seja objeto de duas recusas sucessivas no âmbito da Reserva de Recrutamento – a qual deveria aplicar-se, também para efeitos de contratação, ao longo de todo o ano letivo e abrangendo também as escolas TEIP e com contrato de autonomia.

Enquanto assim não for, sempre haverá espaço para a asneira, a arbitrariedade, a falta de transparência e a injustiça.



CEE SERÁ PARA VALER?

Ana Alvim

No dia 29 de janeiro foi publicado o aviso de abertura do Concurso Externo Extraordinário para vinculação de professores. Mas nesse mesmo dia foi alvo de uma providência cautelar interposta pelo Sindicato dos Professores da Madeira.

O aviso de abertura veio confirmar que, independentemente de mais de 90% dos docentes reunirem os requisitos legalmente estabelecidos nas leis gerais laborais para que os seus vínculos precários se transformem em permanentes (três anos de serviço efetivo), ficarão sem possibilidade de colocação em quadro, significando também que, desta forma, mais de 90% das necessidades manifestadas este ano pelas escolas como permanentes não serão ocupadas.

Quem tiver acompanhado estas questões saberá que em dezembro de 2012 a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) decidiu recorrer aos tribunais para exigir que a diretiva comunitária que impõe limites às situações de precariedade seja respeitada. Este é um cenário que nos faz lembrar aquelas vendas feitas em camiões cujos promotores dizem “atenção que não estou a enganar ninguém: compre um e leve não um... nem dois..., mas três exemplares!” e depois quem compra verifica que afinal nem um comprou, pelo menos com a qualidade apregoada pelo vendedor. O concurso extraordinário é assim: um anúncio que prometeu a vinculação de docentes com 10 e mais anos de serviço e que agora pretende vincular apenas, cirurgicamente, 603...

Analisando isto à luz das listas ordenadas de candidatos à contratação, significa que docentes com 20 e mais anos de serviço ficarão sem colocação neste concurso extraordinário, não porque não sejam necessários ao sistema, mas porque o Governo entendeu

que esta seria uma boa maneira de dizer que concretizou o compromisso que havia assumido com os docentes contratados.

Mas este Concurso Externo Extraordinário foi legitimamente alvo de uma providência cautelar, interposta pelo Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) no mesmo dia de abertura do concurso, em defesa dos docentes na Região Autónoma da Madeira, excluídos do concurso extraordinário nacional, e para reposição da legalidade.

Ainda que aparentemente tudo tenha continuado inalterado, uma vez que o MEC manteve os procedimentos e prazos de concurso, a verdade é que a juíza do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal (TAFF) ordenou a citação urgente do Ministério da Educação e Ciência (MEC), o que, à luz do artigo 128º do Código de Procedimento dos Tribunais Administrativos, resulta, neste caso, na suspensão do concurso aberto pelo MEC até à apresentação de resolução fundamentada, no prazo de quinze dias.

Tendo sido apresentada fundamentação pelo MEC, no prazo referido, o concurso não se manteve suspenso, mas, independentemente disso, terá de se aguardar que tenha lugar a decisão final da providência cautelar, bem como da ação principal que lhe será associada.

Refira-se ainda que a Lei nº 23/2009, de 21 de maio, aprovada pela Assembleia da República também com os votos do PSD e do CDS/PP, estabelece, no artigo 1º, que os

“docentes contratados ou pertencentes aos quadros de pessoal docente da rede pública das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores podem ser opositores a concurso de recrutamento e selecção para pessoal docente no restante território nacional em igualdade de circunstâncias com os docentes que prestem serviço no continente”.

Desta forma, o SPM denunciou o que representa uma situação de ilegalidade, violadora dos direitos, liberdades e garantias comuns a todos os cidadãos portugueses, independentemente do seu local de residência ou de trabalho.

Como últimos desenvolvimentos, a juíza do TAFF mandou publicar anúncio de citação dos contrainteressados no Diário da República e no site da DGAE.

Para além disso, indeferiu o pedido do MEC para desentranhamento de documentos dos autos que o SPM juntou, nomeadamente *print-screen* da fase da candidatura eletrónica, em que se demonstra, claramente, que a única hipótese de candidatura dos docentes que entre 2009/2010 e 2011/2012 apenas tivessem prestado serviço na Região Autónoma da Madeira seria a prestação de falsas declarações, assumindo terem prestado serviço mediante colocação ao abrigo dos decretos-lei nº 20/2006 ou 35/2007, diplomas apenas aplicados nos concursos do continente, uma vez que a aplicação considerava o formulário inválido ao não assinalar o requisito.

APOSENTAÇÕES: CONVÉM ESTAR ALERTA!



Ana Alvim

Apesar de todos os aposentados já terem percebido que tudo o que o Orçamento de Estado 2013 diz a nosso respeito é inconstitucional, temos consciência do valor real do roubo que nos é feito. Senão vejamos:

- pagamento do Contribuição Extraordinário de Solidariedade a partir de 1.350€, quando para os trabalhadores no ativo é a partir de 1.500; IRS de capitalista, porque as pensões dos educadores e professores rondam os dois mil euros;
- sobretaxa de 3,5% para garantia do Estado de que os aposentados não lhe fiquem a dever, como se as Finanças não tivessem a faca e o queijo na mão;
- desconto de 90% no subsídio de férias, apesar do parecer em sentido diverso do Tribunal Constitucional.

Não satisfeito, o Governo ainda se lamenta de que os aposentados têm pensões muito altas...

Como se não soubessem a razão! Os professores e educadores são técnicos, como muitos outros quadros da Função Pública, o que lhes dá direito a aposentações compatíveis com a sua categoria profissional e o exercício da sua função.

Durante toda a vida de trabalho, os funcionários públicos sempre descontaram pelo valor real dos seus vencimentos, sem que a Taxa Social Única tenha sido paga pela sua entidade patronal – o Estado. Acumularam o dinheiro só à sua custa. Contudo, sempre pensaram que o Estado era uma pessoa de bem, e não tiveram dúvidas em lhe confiarem o seu futuro, independentemente do governo que o representasse.

Mas este governo não mereceu! Não são pessoas de bem, nem têm vergonha! Um secretário de Estado afirmou que os aposentados não faziam descontos para a aposentação como os que trabalham... Apesar de sermos sócios ativos e passivos! Por que é que a primeira verba a ser contabilizada no cálculo da pensão é exatamente a taxa vigente para a Caixa Geral de Aposentações? A nossa pensão é justa, é legítima e não temos de agradecer a ninguém.

Várias leis sobre a aposentação foram revogadas sem haver legislação necessária a aplicar em 2013. O Sindicato dos Professores do Norte – lutando pelos direitos de todos os docentes – recomenda a todos os professores e educadores que aguardam a aposentação a conveniência de se informarem da situação atual para não terem surpresas desagradáveis: datas a considerar, valor das pensões a atribuir, descontos, etc.

Os docentes aposentados não deixaram de ser professores e educadores e, como tal, lutadores e unidos, vencedores!

POR UM ENSINO SUPERIOR DE TODOS E PARA TODOS

As políticas do Governo e do ministro Nuno Crato para o Ensino Superior público consistem em desinvestir, reduzindo o financiamento de universidades e politécnicos, cortando e dificultando o acesso à ação social escolar, estiolando as estruturas de investigação. Ou seja, utilizando como justificação as atuais dificuldades económico-financeiras, põem em causa a missão do Ensino Superior público.

A missão constitucional do Ensino Superior público pressupõe a garantia de acesso dos jovens à formação superior não condicionado por razões de origem socioeconómica. Contudo, assiste-se a um forte estrangimento ao acesso, nomeadamente ao nível da ação social, com regras que excluem uma grande fatia de estudantes. A esta condicionante, acresce o abandono por dificuldades económicas de um número cada vez maior de estudantes.

Assim, o acesso ao Ensino Superior irá, cada vez mais, ficar reduzido aos estudantes com origem

socioeconómica mais favorável, tornando o Ensino Superior mais elitista. Lembramos que o esforço pedido às famílias portuguesas para a manutenção dos seus jovens nas universidades e politécnicos já é dos maiores a nível internacional – as propinas do Ensino Superior público estão entre as quatro mais elevadas da Europa Ocidental.

Ao mesmo tempo, as reduções do financiamento têm consequências diretas ao nível da qualidade de ensino, pois comprometem os recursos disponíveis, implicando o aumento da dimensão das turmas e das cargas letivas, pondo em causa a qualidade do ensino e o funcionamento das universidades e politécnicos. Por outro lado, um grande número de docentes não vê, ao fim de muitos anos de dedicação ao ensino e à investigação, a abertura de lugares de quadro que lhes garantam estabilidade de emprego. Portugal já era dos países com o financiamento do Ensino Superior per capita mais

baixo, e esse valor vai descer ainda mais como consequência das políticas PSD/CDS-PP.

O desenvolvimento do sistema de Ensino Superior está fortemente ligado ao progresso da investigação científica. A evolução dos últimos anos de crescimento sustentado da investigação produzida pelos investigadores portugueses encontra-se assim posta em causa. Os cortes no financiamento da investigação não são meramente pontuais. As suas consequências far-se-ão sentir em várias gerações de investigadores: os jovens que veem impedido o seu acesso à carreira de investigação; os atuais investigadores de carreira que terão os seus contratos terminados ou a sua investigação dificultada; e os investigadores seniores que serão confrontados com a escassez de jovens que prossigam as investigações em curso. Constata-se, assim, que a prática do ministro Nuno Crato contradiz os seus discursos sobre o papel fundamental da investi-



Ana Alvim

gação para o desenvolvimento de Portugal.

A gravíssima situação a que se está a chegar tem de ser contrariada, pelo que, na oportunidade da *Semana de Luto e de Luta*, o Departamento de Ensino Superior da Fenprof decidiu:

- reiterar a exigência da reunião da Federação com o ministro; renovar o pedido de reunião com o secretário de Estado do Ensino Superior, com carácter de urgência; e solicitar uma reunião com a secretária de Estado da Ciência, com carácter de urgência;
- solicitar à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) que intervenha junto das universidades e dos politécnicos no sentido de forçar o cumprimento do RJES e dos estatutos no que diz respeito à criação de condições para a qualificação dos docentes e à abertura de concursos;
- denunciar ao Provedor de Justiça o facto de o MEC não ter criado ou mantido os programas

nacionais que sustentassem dispensas de serviço docente aos docentes integrados em programas de doutoramento;

- solicitar reuniões ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e aos institutos politécnicos, com carácter de urgência, com o objetivo de analisar o grau de concretização das disposições transitórias do ECPDESP;

- apelar a todos os professores e investigadores para que participem nas ações promovidas pela Fenprof e pelo movimento sindical com vista à alteração das políticas e à defesa da Escola Pública – os problemas essenciais com que nos defrontamos no Ensino Superior decorrem do ataque às funções sociais do Estado, pelo que só derrotando-o poderemos ter paz nas nossas instituições.

No âmbito da *Semana de Luto e de Luta*, que decorreu entre 18-22 de fevereiro, a Federação Nacional dos Professores denunciou, em conferência de imprensa realizada no Porto, a grave situação que o setor atravessa. A pretexto da situação económico-financeira, as políticas de desinvestimento estão a elitizar o acesso à formação dos jovens e a fazer decair a qualidade do serviço prestado, pondo em causa a missão do Ensino Superior público. Em termos de carreira docente, o panorama é, desde 2009, de estagnação e retrocesso.



ESTAGNAÇÃO E RETROCESSOS NAS CARREIRAS DOCENTES

Ana Alvim

ENSINO UNIVERSITÁRIO

Diminuição significativa do número de professores de carreira. Quase 400 (cerca de 4%), entre 2009-2011, no conjunto das universidades. A reforma de aproximadamente 600 docentes não foi compensada por novas entradas.

Diminuição do número de professores associados e catedráticos. Mais de 100, no mesmo período. Em vez de aumentarem, como devido para cumprir o estatuto de carreira, que exige entre 50-70% de professores nestas categorias. O que se tem verificado é que este rácio não só está longe desta percentagem, como está a afastar-se. A dimi-

nuição do número de docentes nas categorias de topo tem consequências nefastas na vida das universidades, que deixam de ter um corpo qualificado, nomeadamente para a constituição de júris em várias áreas e para o estabelecimento de parcerias internacionais.

Os corpos docentes das universidades são hoje constituídos maioritariamente por professores auxiliares, cientificamente muito ativos, a exercer muitas das funções que deveriam caber às categorias de topo e sem perspectivas de desenvolvimento das suas carreiras. Acresce que, respaldadas nas leis do Orçamento de Estado, as universidades não estão a reconhecer salarialmente

a obtenção do título académico de agregação desde de 2011.

A diminuição do número de professores de carreira está a ser compensada pelo aumento do número de docentes convidados e colaboradores. Em dois anos (2009-2011), o número de convidados cresceu de 4034 para 4674 (16%) e os colaboradores passaram de 595 para 1013 (70%).

Regista-se, também, uma diminuição de ETIs (Equivalentes de Tempo Integral) e o aumento do número de docentes convidados a tempo parcial, nomeadamente a menos de 50%, e de contratados à hora. Não só aumenta a precariedade, como aumenta o subemprego e o trabalho docen-

te muito mal pago, desde logo porque estes docentes não têm o direito à dedicação exclusiva.

A diminuição de ETIs, acompanhada por um ligeiro aumento do número de estudantes, tem implicado o aumento do rácio alunos/docentes, ou seja, está a diminuir a qualidade do serviço público de ensino universitário. A figura de colaborador engloba um conjunto de relações que vão desde o pagamento à hora, sob forma de prestação de serviço a recibos verdes ou atos únicos, até à utilização de bolseiros de investigação, mal ou mesmo não remunerados, em atividades docentes continuadas, passando pela contratação de monitores (estudantes de licenciatura).



Assim, e em desrespeito pela revisão do ECDU (2009), o corpo docente da Universidade portuguesa está a envelhecer, sem capacidade de recrutar e de fixar jovens altamente qualificados.

ENSINO POLITÉCNICO

O regime transitório definido na revisão do estatuto de carreira definiu as condições para a passagem de alguns professores equiparados à carreira, induzindo um aumento do número de docentes de carreira de 3.172 para 3.717, entre 2009-2011. No entanto, este aumento está muito aquém dos objetivos de definidos na revisão do ECPDESP

– o número de professores de carreira está, na generalidade das instituições, muito abaixo dos 70% estipulados na Lei (no final de 2011, não ultrapassava os 37%).

Com a extinção precoce do programa PROTEC, deixou de haver programas nacionais de apoio à formação dos docentes, muitos deles equiparados. Adicionalmente, muitos docentes têm, ano após ano, cargas letivas elevadas, o que lhes impossibilita reunir as condições necessárias para desenvolver e concluir os seus doutoramentos.

Por outro lado, há professores que estão em condições de transitar para a carreira (qualificação

e anos de serviço), mas a quem a interpretação da Lei pelas instituições impede o ingresso.

A precariedade mantém-se muito elevada e continua a assistir-se à contratação de muitos docentes convidados a tempo parcial, sem exclusividade, e até por períodos inferiores a um semestre, aumentando o subemprego e o trabalho docente mal pago.

Muitos professores, mesmo com doutoramento, têm sido contratados como equiparados a assistentes do 1º triénio, estando a ser pagos pelo índice 100.

Diminui o número de professores nas categorias de topo (coordenadores e coordenadores principais), com as aposentações

a não serem compensadas por novas entradas, não havendo concursos em número suficiente – o número de coordenadores e coordenadores principais é inferior a 20% do total dos professores de carreira.

O corpo docente dos institutos politécnicos é hoje maioritariamente constituído por assistentes e professores adjuntos, técnica e cientificamente muito ativos, a exercer funções que deveriam caber às categorias de topo, muitos deles sem um vínculo estável e nem perspectivas de desenvolvimento das respetivas carreiras.

AGENDA SINDICAL

JANEIRO

- 07.** Almoço de Reis dos sócios aposentados do SPN. Porto
08. Comissão Executiva do SPN. Porto
10. Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa
12. Corpos Gerentes do SPN. Porto
14-25. Reuniões e visitas a escolas/agrupamentos do distrito do Porto
15. Plenário da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP). Lisboa
17. Debate sobre a Escola Pública (CGTP). Aveiro
18. 7ª Conferência da Inter-reformados (CGTP). Lisboa
22. Conferência de Imprensa da Fenprof sobre o estado da educação. Coimbra
23. Fenprof denuncia que as vagas para o Concurso Externo Extraordinário deixam de fora mais de 90% dos professores em condições de vincular
26. Manifestação Nacional de Professores. Lisboa
28. DREN dá razão ao SPN sobre a deslocalização do JI de Sto. António (Esposende)
29. Conferência de imprensa da Fenprof s/ Ensino Particular, Misaericórdias e IPSS. Lisboa
30. Reunião da Fenprof com o Bloco de Esquerda. Lisboa

- 31.** Reunião da Fenprof com o Partido Comunista Português. Lisboa
31. Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa

FEVEREIRO

- 01.** Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa
04. Presidente da Câmara Municipal de Bragança recebe delegação do SPN. Bragança
04-05. Visitas a escolas do distrito de Bragança, nomeadamente Mirandela, Alfândega da Fé e Bragança
05. Comissão Executiva do SPN. Bragança
05. Publicação da edição digital do JF SUP-Notícias
06. Conclusão das reuniões da Fenprof com diversas organizações sobre Educação Especial: Confederação Nacional dos Organismos dos Deficientes (CNOD), Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE). Lisboa
11. Reunião da Fenprof com a entidade gestora do POPH Programa Operacional de Potencial Humano (POPH). Lisboa
15. Reunião da Fenprof com

o Departamento de Formação Profissional do IIEFP. Lisboa

16. Manifestação descentralizada da CGTP

18-22. *Semana de Luto e de Luta* promovida pela Fenprof com a realização de várias iniciativas, como a colocação de faixas negras no exterior das escolas, a utilização pelos professores de um autocolante ou faixa negra, distribuição de um documento aos pais e população em geral, aprovação de posições por parte das escolas e envio ao MEC, realização de várias conferências de imprensa, nomeadamente:

18. A situação no Ensino Superior (financiamento e organização do sistema). SPN, Porto

19. A estabilidade profissional e de emprego dos docentes (desemprego, precariedade, horários-zero e mobilidade especial). SPRC, Coimbra

20. As remunerações dos professores (do acordo sobre carreiras, em Janeiro de 2010, a uma desvalorização nunca antes vista). SPZS, Faro

21. Dos mega-agrupamentos à municipalização (a Educação por caminhos errados). SPN, Porto

22. Horários de trabalho dos professores (um verdadeiro

atentado pedagógico). SPGL, Lisboa

25. Reunião do Departamento Jurídico da Fenprof sobre questões do Ensino Superior. Lisboa
26. Reunião da Fenprof com o MEC. Lisboa

27. Sessão de solidariedade com a luta do povo sarauí. Fenprof, Lisboa

28. "Sistemas Educativos Europeus - O desafio da igualdade de oportunidades". Fenprof, Lisboa

MARÇO

02. Manifestação "Que se lixe a troika. O povo é quem mais ordena!". Várias cidades

05. Comissão executiva do SPN. Porto

06. Encontro nacional sobre "Desenvolvimento Sustentável e Trabalho Digno". CGTP, Lisboa

07-08. Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa

08. Reunião dos gabinetes jurídicos dos sindicatos da Fenprof. Lisboa

08. Dia Internacional da Mulher, com ações nos locais de trabalho e nas ruas

13. Assembleia-Geral do SPN descentralizada (todos os distritos)

15. Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública. FCSAP, Lisboa

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA-GERAL DE SÓCIOS

13 de março de 2013

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco a Assembleia-Geral Ordinária de Sócios para o dia **13 de março de 2013, às 16h30**, a funcionar descentralizadamente na sede do SPN e nas sedes das direções distritais de Aveiro (Santa Maria da Feira), Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1. Apreciação e votação do Relatório e Contas de 2012**
- 2. Análise da situação político-sindical**

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

Porto, 13 de fevereiro de 2013

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

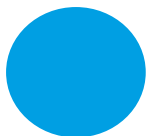
Ana Maria Brito Jorge

A Comissão Executiva do Sindicato dos Professores do Norte reuniu em Bragança no dia 5 de fevereiro – acontecimento que teve ampla divulgação na imprensa regional.

A iniciativa, que tem decorrido nos diversos locais onde o SPN tem delegações, além de ser uma medida descentralizadora, pretende aproximar os dirigentes dos professores e da comunidade local. Foi o que aconteceu no distrito de Bragança.

Na tarde de 4 de fevereiro, foram visitados os agrupamentos de escolas de Alfandega da Fé e de Mirandela, onde os responsáveis do SPN se encontraram com docentes e com diretores dos agrupamentos. Estes encontros continuaram na manhã de terça-feira, em Bragança: Jardim de Infância da Estação, Escola Básica das Beatas, Centro Escolar de Santa Maria, EB1,2,3 Augusto Moreno e secundárias Abade de Baçal e Miguel Torga. Na reunião da CE, propriamente dita, além da análise da situação político-sindical e da ação reivindicativa, estiveram em debate questões específicas como o concurso extraordinário externo, o pagamento aos professores por diversas fontes de financiamento, as novas agregações de escolas, o ensino vocacional e o sistema dual, entre outras.

Uma delegação do SPN foi ainda recebida pelo presidente da Câmara Municipal de Bragança, num encontro (na foto) em que foram apresentadas algumas das preocupações do sindicato, a maioria delas partilhadas por Jorge Nunes, que mostrou estar frontalmente contra a municipalização do ensino, não acreditando que possa vir a concretizar-se no curto prazo.



CFJ EMITIU PARECER SOBRE PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2013

O Conselho Fiscal e de Jurisdição (CFJ) do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), reunido em 21 de janeiro, apreciou o Plano de Atividades do sindicato para 2013, bem como a proposta de Orçamento.

Relativamente ao Plano de Atividades, o parecer do CFJ salienta os seguintes aspetos: “As medidas políticas tomadas pelo atual governo relativamente à Educação constituem um violento ataque aos valores e princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, pondo em causa a incumbência do Estado de garantir a gratuitidade da escolaridade obrigatória.

O forte desinvestimento na Educação, a par de medidas como o aumento da carga horária docente e do número de alunos por turma, o alargamento do processo de agregação de escolas e agrupamentos, o aumento da já enorme precariedade e dos níveis de desemprego, bem como a própria insegurança dos docentes dos quadros, colocam aos professores e à Escola Pública enormes desafios. As intenções manifestadas no Plano de Atividades relativamente ao reforço da sindicalização e ao aumento do número de delegados sindicais, em paralelo com o estabelecimento de um plano de formação sindical, parecem refletir uma perspetiva correta de adequação ao momento político atual.”

Quanto ao Orçamento, o CFJ releva o esforço desenvolvido pela direção do SPN no sentido de “efetuar ajustamentos cada vez mais rigorosos, de modo a que o trabalho sindical não seja penalizado e que os recursos possam ser utilizados de forma adequada, no sentido de uma consolidação orçamental que tenha em conta o momento difícil que se vive e um futuro que é de grande incerteza.”



Henrique Borges

M

SUBSCREVE E DIVULGA

UMA ESCOLA PARA UM PORTUGAL COM FUTURO

Este manifesto foi apresentado publicamente no dia 8 de fevereiro, na Escola Secundária Gil Vicente, em Lisboa. Entre os subscritores iniciais encontram-se professores e investigadores, deputados e sindicalistas, artistas e escritores. Para o subscrever, aceder a “Uma escola para um Portugal com futuro” em www.spn.pt

Ana Alvim



Como cidadãos civicamente empenhados estamos hoje extremamente preocupados com os rumos que a educação portuguesa está a tomar.

Que escola para que sociedade

Reconhece-se que as questões da Educação exigem uma reflexão serena e construtiva pois têm a ver com toda a sociedade, do seu presente ao seu futuro, e produzem resultados que a curto prazo não é possível medir. Quando se instituiu uma escolaridade de 12 anos de frequência obrigatória e gratuita para todos os que, em 2011, iniciaram o 10º ano, queria-se mesmo uma escolaridade para todos sem ignorar o contexto atual da sociedade portuguesa, em que importa ter presente, por um lado, quem são as crianças e os jovens que começam agora esta longa caminhada, e, por outro, esclarecer qual o papel que cabe ao Estado, que já não se compadece com uma gestão centralizada sem que os cidadãos assumam um lugar determinante na definição das funções que cada escola deve desempenhar junto das famílias e da comunidade onde está inserida.

Um progresso que não se pode inverter

Quando finalmente alguns indicadores, nomeadamente os resultados dos alunos em avaliações internacionais, mostravam uma melhoria efetiva do sistema educativo português, surge uma série de medidas legislativas que só podem redundar numa escola burocratizada, despojada de uma verdadeira autonomia, diminuída no seu funcionamento democrático, seletiva, geradora de profunda instabilidade para os seus profissionais, empobrecida na sua oferta curricular e nos seus recursos humanos e financeiros.

Não se recusa, antes se defende, a necessidade de uma gestão

rigorosa na aplicação dos recursos, de contenção nos gastos, de exigência nas aprendizagens. Mas, a pretexto desta necessidade, estão-se a introduzir medidas que, apresentadas como técnicas, neutras e inevitáveis, representam de facto um retrocesso: o aumento do número de alunos por turma, prejudicando o relacionamento pedagógico; a redução do currículo às disciplinas ditas fundamentais, numa hierarquização obsoleta de saberes; o tratamento uniforme dos alunos sem atender a necessidades individuais e a contextos sociais; a redução da autonomia das escolas a uma proclamação retórica sem conteúdo; a diminuição de verbas para projectos e para investigação; e ainda, entre muitas mais, a acumulação do percurso escolar dos alunos, logo a partir do 1º ciclo, com provas e exames estandardizados que enviam a própria acção educativa. Tudo isto em nome de uma redução do orçamento para a Educação, do Ensino Básico ao Ensino Superior – mas será que se tiveram em conta os elevados custos sociais e o preço a pagar no futuro?

Por outro lado, quando educadores e empregadores em quase todo o mundo se interrogam sobre quais os saberes e competências necessários para fazer face a um mundo incerto e em mudança acelerada, em Portugal ignora-se este debate e as medidas propostas nem sequer atendem à realidade presente e aos sucessos já alcançados.

A diversificação das respostas e a diferenciação pedagógica

A equidade é um dos parâmetros em que Portugal, apesar de algum progresso conseguido nos últimos anos, revela maior fragilidade nas comparações internacionais e em cuja melhoria deve investir. A aplicação da Lei de Bases do Sistema Educativo permitiu uma desejável explo-

ção e posterior consolidação da frequência escolar e se hoje têm fundamento acertos e clarificações, nada justifica que se questione a universalidade, os objetivos e a organização do Ensino Básico nela consagrados, como o faz a recente criação de cursos de ensino vocacional no Ensino Básico, associados a uma conceção punitiva. Numa formulação aparentemente asséptica está-se de facto a abrir a possibilidade de discriminar precocemente alunos como opção formal do próprio sistema, retomando-se assim o modelo de escola correspondente a uma sociedade dividida, hierarquizada, pouco democrática, que reforça e legitima as diferenças da origem social e cultural das crianças, assim se ignorando recomendações de organismos internacionais, como a OCDE e a União Europeia, e nacionais, como o Conselho Nacional de Educação, para os quais é indispensável criar oportunidades educativas para todos, incluindo medidas personalizadas e excecionais, desde que não constituam uma orientação vocacional precoce dos nossos alunos.

Uma escola para o futuro

Portugal precisa de uma escola capaz de preparar crianças e jovens para um futuro incerto e exigente. Uma escola que dote o país de cidadãos apetrechados com sólidas capacidades de reflexão, de intervenção e participação solidária. Uma escola que prepare para a vida e para a cidadania plena.

Um Portugal com futuro não dispensa a qualidade das escolas e das aprendizagens, o rigor e a exigência no sistema educativo, a luta pela igualdade de acesso e sucesso em educação!

Para a consecução deste desígnio, os signatários apelam à participação ativa dos cidadãos e das estruturas da sociedade portuguesa interessadas em alterar a política educativa que

tem vindo a ser prosseguida e em contribuir para a tomada de medidas que permitam abrir perspectivas de um futuro melhor para Portugal. Para isso, pede-se que subscrevam e divulguem este documento, o enriqueçam e alarguem com contribuições, o debatam nos locais de trabalho e de participação cívica.

Primeiros subscritores

Afonso de Melo; Albino Almeida; Almerindo Janela Afonso; Ana Maria Vieira de Almeida; Cecília Honório; Fausto Bordalo Dias; Graça Vilhena; Helena Barros; João Dias da Silva; José Barata Moura; José Manuel Pureza; Lício Lima; Lídia Jorge; Luís Miguel Cintra; Manuel Gusmão; Manuel Pinto; Manuela Mendonça; Maria Arminda Bragança; Maria do Céu Guerra; Maria da Conceição Moita; Maria Emília Brederode Santos; Maria José Rau; Mário de Carvalho; Mário Nogueira; Paulo Sucena; Rita Blanco; Rosário Gama; Rui Vieira Nery; Sérgio Niza; Teresa Vasconcelos; Viriato Soromenho Marques

Não conheço o contrato entre Portugal e a Alemanha. As grandes empresas alemãs têm muito interesse em ter mão-de-obra qualificada, e tenho a certeza de que iriam contribuir para a terem lá. São os interesses económicos deles, não é para desenvolver o país.

Barbara Geier, dirigente sindical alemã

A NOSSA LUTA É POR UMA ESCOLA UNIFICADA

Uma coisa que se destaca no sistema alemão é que seleciona as crianças. Entram na escola com seis anos e a escola primária é a única comum. Depois separam-se. Na Europa, Alemanha, Áustria e Suíça (cantão alemão) são os únicos países que separam crianças com dez anos.

Barbara Geier é dirigente do GEW (sindicato alemão da educação e ciência). Participou recentemente num encontro promovido pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), e numa sessão de trabalho com dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) – em entrevista à SPN-INFORMAÇÃO, falou sobre o sistema de ensino alemão, o modelo dual e a importância da colaboração internacional entre sindicatos do setor.

Em termos gerais, como se caracteriza o sistema de ensino alemão?

Tenho de começar bem de início. Nós temos 16 Estados e a educação fica nas mãos de cada um deles. Por isso, temos diferenças, às vezes grandes, entre os estados. Eu venho do Norte, de Hamburgo. Uma coisa que se destaca no sistema alemão é que seleciona as crianças. As crianças entram na escola com seis anos e a escola primária é a única comum. Depois de quatro anos, separam-se. Antigamente tínhamos três pilares, que ainda existem em alguns Estados, mas estão a acabar: o mais baixo tem nove anos de escolaridade (os quatro da primária mais cinco); o intermédio é de dez anos; o mais elevado tem 12 ou 13 anos e dá acesso à universidade. Isto, no fundo, tem a ver com o sistema dual.

Havia a noção de que cada um tinha o seu lugar na sociedade. Os filhos de trabalha-

dores ou de pequenos agricultores iam para a escola de ensino 'baixo'; terminavam a escola com 14 ou 15 anos e iam para uma formação de artesão, de cabeleireira, de vendedora, de três anos. Os que terminavam a escola intermédica com sucesso iam também para uma aprendizagem, mas para profissões mais elevadas. A maioria dos que faziam o 'Abitur', que é a prova de acesso à universidade, eram filhos de académicos – por exemplo, eu fiz o 'Abitur' em 1966 e mais ninguém da minha turma o fez. Nessa altura, só seis por cento da população alemã ia para a universidade; hoje temos quase 40% de estudantes a fazer o 'Abitur'.

E essa situação mantém-se?

Nas últimas duas décadas, houve uma grande mudança e cada vez menos alunos vão para o pilar mais baixo. Há regiões onde ainda existe essa escola, mas em Hamburgo, por exemplo, abandonou-se completamente; só temos dois pilares. Não vou entrar em todos os detalhes, mas o sistema dual na Alemanha não começa só no momento em que os alunos vão para a formação. O que nós chamamos ensino para uma profissão começa nas escolas. Há uma disciplina de orientação profissional nos 8º, 9º e 11º anos. Aí o aluno aprende o que é o mundo do trabalho e faz estágios de duas a três semanas. A escolaridade na Alemanha é até aos 18

anos, e a escola continua a ser responsabilidade do Estado, mas no sistema dual essa responsabilidade também está nas mãos das câmaras do Comércio, da Indústria e dos Artesãos. Eles aprovam as empresas ou os artesãos que querem ter aprendizes. Quando são grandes empresas, como a Siemens ou a Volkswagen, têm uma secção de formação própria, com equipamentos e tudo o que precisam. Mas quando são pequenas empresas, como um notário ou um cabeleireiro, por exemplo, as câmaras providenciam oficinas para eles poderem garantir a qualidade da formação. Este é o lado prático. Mas têm a parte comum: têm de aprender uma língua ou continuar com uma língua estrangeira, História, Educação Cívica e até Educação Física.

Quais são os critérios do modelo dual?

Dou o exemplo do meu Estado e de outro: em Hamburgo, depois dos quatro anos são os pais que decidem; na Baviera, por exemplo, para entrar no liceu é preciso passar uma prova, como antigamente (apesar de isso já ter sido abandonado em quase todos os outros Estados). Aí a criança fica na instituição por mais dois anos e depois é a escola que decide, com as notas. O problema é que se diz que é um sistema completamente permeável, mas é mentira, porque só se vai de cima para baixo; muito poucos conseguem



Henrique Borges

ir de baixo para cima. Pela lei há essa possibilidade, mas a realidade é diferente.

O modelo resulta?

Na Alemanha, é muito bom. Mas tem um histórico, porque resultou das necessidades das empresas, que precisavam de mão-de-obra qualificada e não podiam dar conta da componente escolar. Quando se fala de sistema dual, há um número de aulas que o aprendiz deve ter no primeiro, segundo e terceiro anos, mas depois disso é organizado de maneira diferente: uns têm três meses de escola e nove meses na empresa, outros têm dois dias na escola e três no trabalho... No fundo, é uma questão de organização.

Quais são as vantagens e desvantagens?

O modelo tem a vantagem de, quando termina a aprendizagem, a mão-de-obra ser qualificada. E os sindicatos chegaram a acordo com as empresas para que, quando terminem determinadas aprendizagens, os jovens possam ficar mais um ano – ficam com essa segurança de emprego. Além disso, o mercado laboral fica mais diversificado. Mas o mundo do trabalho tem mudado, e se, por um lado, tem de se ser muito qualificado, por outro, é necessária mão-de-obra não qualificada para fazer trabalhos que não precisam de formação. Esse é um grande desafio para os sindicatos, porque nós temos

a noção de que o jovem tem o direito de ser formado mesmo quando vai para trabalhos precários, porque tem uma vida de trabalho pela frente. Portanto, tem de ter uma certa qualificação para poder garantir um futuro; se não, não vai poder viver do que ganha e vai ter de recorrer à ajuda social.

E quando os jovens não conseguem concluir a escolaridade?

Essa é uma questão social na Alemanha. O abandono é um problema grave, sobretudo nos grandes centros. Berlim, por exemplo, tem um abandono escolar de 18 por cento, a maioria filhos de emigrantes. Esses jovens ou fazem biscates ou não fazem nada. E não é só a questão de não encontrarem trabalho: os que vêm de famílias que já vivem do abono social do Estado caem com mais facilidade no mesmo. Eles não conhecem o mundo do trabalho, os pais não trabalham...

Numa sociedade que defende a igualdade de oportunidades, este modelo não cria duas categorias de alunos?

Sim. A nossa luta é por uma escola unificada. Eu sou contra esse modelo e a favor da escola unificada, mas na Alemanha isso é muito difícil, porque ainda há muito essa noção de educação. Por exemplo, há uma organização de professores dos liceus, que não é bem um sindicato, que é muito forte

na Baviera, e eles dizem que só sabem ensinar alunos inteligentes, de mente aberta, com pais que apoiam o ensino... Isso também continua com a desigualdade.

A Alemanha perdeu uma grande oportunidade, depois da unificação, porque no sistema da antiga RDA os alunos estudavam juntos dez anos. Nós tínhamos esperança de que esse sistema pudesse ser introduzido na Alemanha Ocidental, mas não foi. Por exemplo, em Hamburgo, temos uma coligação de Verdes e Democratas-Cristãos, sendo que a senadora é 'Verde'. Antes das eleições, diziam que iam lutar para que os alunos estudassem nove anos juntos e nós estávamos muito felizes com isso. Foram eleitos e... Havia muitos conservadores, com muito dinheiro, que fizeram um referendo e, por uma mínima maioria de votos, conseguiram manter os atuais quatro anos. Não houve mudança.

Na Europa, a Alemanha, a Áustria e a parte alemã da Suíça são os únicos países que separam as crianças com dez anos.

Acha que esse modelo pode resultar em Portugal?

Não, porque o nosso modelo tem um histórico. Havendo aqui um sistema dual teria de ser diferente do nosso. A Alemanha está a exportá-lo para os países do Sul, de África e da Ásia. Não conheço o contrato feito entre

Portugal e a Alemanha, mas fiquei muito alerta. Claro que as grandes empresas alemãs têm muito interesse em ter mão-de-obra qualificada, e tenho a certeza de que iriam contribuir para a terem lá. São interesses económicos deles, não é para desenvolver o país. Tenho as minhas dúvidas nisso.

Quais têm sido as consequências da crise na Alemanha?

Há consequências que nós chamamos de privatização lenta e acelerada: lenta no sentido de que o povo quase não se apercebe e acelerada como nós a percebemos. Há consequências, por exemplo, no que toca ao material didático para os alunos. Antes, os livros eram gratuitos, e só tinham de pagar outro material como os cadernos, etc. Os que não tinham posses, tinham apoio do Estado e na secretária tinham sempre lápis, canetas e cadernos. Isso acabou, e cada Estado tem o seu sistema - em Hamburgo, os pais têm de alugar os livros, por exemplo.

Nas escolas, fazia-se uma viagem com os alunos pelo menos uma vez por ano, mas isso quase acabou. Tal como as excursões.

E em relação aos professores?

Nós estamos a lutar muito pelas condições de trabalho, que pioraram. O trabalho administrativo aumentou imenso. Por exemplo, em Hamburgo, antigamente, cada professor, quando trabalhava a tempo integral, tinha um certo número de aulas para dar. Há dez anos, introduziram um sistema em que cada disciplina é faturada; ou seja, antigamente o professor sabia que tinha de dar um "x" número de aulas, agora pode variar de ano para ano. Resultado: cada professor tem de dar mais aulas do que antes.

Qual é a importância da colaboração entre os sindicatos dos diferentes países?

Em primeiro lugar, é importante por causa das nossas condições de trabalho. Nós temos de fazer com que as nossas condições

de trabalho sejam mais parecidas, tal como os salários. Têm de se ajustar os salários dos professores, os cargos e o número de crianças na sala. Quando vamos à Finlândia, à Alemanha ou a Portugal, vemos grandes diferenças. Por isso, acho que a nossa profissão teria de ser mais regulada. Por exemplo, nós estamos a negociar e a trabalhar pelo reconhecimento de diplomas de outros países europeus, pelo menos. Nesse caso, na Alemanha, cada professor tem de dar duas disciplinas, enquanto na maioria dos países da Europa só têm de dar uma. Então, esses professores vão ganhar muito menos do que um que tenha duas. Por isso, precisamos de um ajustamento muito maior. E acho muito importante a partilha de experiências e esta cooperação com a Fenprof. Sobretudo agora, em tempos de crise. Temos de mostrar aos nossos dirigentes que a Educação é o futuro de cada país.

Maria João Leite



SPN EM AVEIRO

O TERRITÓRIO ESCOLAR

A intervenção do Sindicato dos Professores do Norte no distrito de Aveiro desenvolve-se nos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra.

Em 2011, os docentes, as crianças da Educação Pré-Escolar e os alunos dos ensinos Básico e Secundário estavam distribuídos pelos 1.145 km² do território de intervenção de acordo com o Quadro I. Os 73.264 alunos e os 6.352 docentes distribuíam-se por centenas de estabelecimentos de educação e ensino, conforme o Quadro II. Na rede escolar, nos últimos cinco anos, ocorreu um processo de concentração através do encerramento de dezenas de escolas EB1, por um lado, e por outro, com a constituição de mega-agrupamentos, como se constata no Quadro III.

Numa primeira fase, ainda no tempo de Lurdes Rodrigues, foram constituídos três mega-agrupamentos, em Fiães, Castelo de Paiva e Vale de Cambra, através da junção de uma escola secundária com um agrupamento sediado numa EB 2/3.

Numa segunda fase, no final do ano letivo anterior, foram constituídos os mega-agrupamentos da Secundária de Arouca com o Agrupamento sediado na EB2/3 de Arouca; dos agrupamentos de Fajões com Carregosa, Couto de Cucujães com S. Roque, Loureiro com Pinheiro da Bemposta, da Secundária Soares Basto com uma parte do Agrupamento Bento Jesus Carqueja, da Secundária Ferreira de Castro com a outra parte desse agrupamento (todos em Oliveira de Azeméis); da Secundária de Esmoriz com os agrupamentos de Maceda e Esmoriz, da Secundária Macedo Fragateiro com o Agrupamento António Dias Simões, da Secundária Júlio Dinis com o Agrupamento de Válega e a EBI de S. Vicente Pereira (todos em Ovar); da Secundária Manuel Laranjeira com o Agrupamento Sá Couto, da Secundária Manuel Gomes de Almeida com o Agrupamento Domingos Capela (estes em Espinho); da Secundária João da Silva Correia com o Agrupamento de S. João da Madeira; do Agrupamento de Arrifana com Milheirós de Poiares, em Santa Maria da Feira. Uma terceira fase, em Janeiro deste ano, com a criação de dois "giga-agrupamentos": um concelhio, em Vale de Cambra, cuja sede é a Secundária de Vale de Cambra, muito atrasada na conclusão da intervenção da Parque Escolar; outro, em Santa Maria da Feira, que engloba a Escola Secundária e o Agrupamento de Escolas Prof. Doutor Ferreira de Almeida.

A dimensão dos agrupamentos criados na última fase e a opção feita em Vale de Cambra, com a criação de um agrupamento concelhio, deixam antever que, para o MEC, o processo ainda não foi concluído e novas junções poderão ocorrer nos próximos tempos, contribuindo assim para afastar do sistema cada vez mais professores, degradar as condições de trabalho, destruir projetos educativos e descaracterizar as escolas enquanto unidades pedagógicas que, ao longo dos tempos, têm promovido o envolvimento criativo das comunidades educativas.

Concelho	ÁREA	HABITANTES	PROFS	ALUNOS
Arouca	329	22.359	395	4.082
Castelo Paiva	115	16.733	349	3.460
Espinho	21	31.786	671	7.264
Oliveira Azeméis	161	68.611	1.019	11.278
Ovar	148	55.398	938	10.538
Santa Maria Feira	216	139.312	1.962	25.876
S. João da Madeira	8	21.713	662	7.153
Vale Cambra	147	22.864	356	3.613
AVEIRO NORTE	1.145	378.776	6.352	73.264

	PRÉ	1ºCEB	2ºCEB	3ºCEB	SEC.
Arouca	17	21	2	3	1
Castelo Paiva	21	19	2	2	2
Espinho	18	13	4	7	6
Oliveira Azeméis	47	33	7	9	3
Ovar	42	32	5	9	5
Santa Maria Feira	110	72	12	13	7
S. João da Madeira	15	11	3	6	6
Vale Cambra	24	17	2	2	1
AVEIRO NORTE	294	218	37	51	31

	EB2/3 + SEC	1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE
Arouca	3	3	2	2
Oliveira de Azeméis	9	9	5	7
S. João da Madeira	4	4	3	3
Vale de Cambra	3	2	2	1
Castelo de Paiva	3	2	2	2
Espinho	4	4	2	2
Ovar	8	8	3	5
Santa Maria Feira	12	11	10	9
AVEIRO NORTE	46	43	29	27

Quadros I e II Fonte: www.pordata.pt (2011)

SPN EM AVEIRO



A ESTRUTURA

A rede de intervenção sindical nos 27 agrupamentos de escolas da região é composta por 27 dirigentes, 35 delegados sindicais e, ainda, um grupo de cerca de 30 ativistas sindicais. É com estes 80 professores que se realiza a ação sindical que abrange 1.267 associados do distrito e 6.352 professores – atualmente; com os cortes de 2011/12 e 2012/13, serão menos um milhar.

Pelo menos uma vez por mês, realizamos reuniões de dirigentes, delegados e ativistas sindicais, o que permite criar momentos de discussão, de análise das questões educativas e sindicais, de organização e distribuição de tarefas. Mas o trabalho de direção executiva assenta sobretudo em nove dirigentes, dois dos quais são aposentados – os restantes têm pequenas reduções sindicais: 1,8 créditos horários pelo SPN e 0,5 pela União de Sindicatos de Aveiro (USA). Além da participação na Comissão Executiva do SPN e da USA, é com estes dirigentes que garantimos a realização de uma ronda de reuniões, por período, nas escolas e agrupamentos, e o apoio ao funcionamento das duas delegações distritais: S. João da Madeira e Santa Maria da Feira.

Tem sido esta estrutura que tem garantido a participação de Aveiro Norte nas diversas iniciativas que a CGTP-IN, a Frente Comum e a USA têm realizado em Lisboa, no Porto e em Aveiro. É também este grupo que tem assegurado a participação nas iniciativas mais pequenas que o SPN e a Fenprof têm realizado. É esta a voz do sindicato que, nas iniciativas de massas, mobiliza os colegas nas escolas.

OS CONSTRANGIMENTOS

As medidas de política educativa desenvolvidas pelos sucessivos governos durante os últimos dez anos introduziram alterações profundas na Escola Pública e na profissão docente que muito dificultaram a atividade sindical.

Neste sentido, identificamos quatro grandes constrangimentos:

1. a diminuição drástica dos créditos sindicais para dirigentes, o que alterou profundamente os recursos humanos do sindicato;
2. a impossibilidade de realizar reuniões fora do local de trabalho, em período letivo, tornando quase impraticável a realização de grandes plenários;
3. o aumento do horário de trabalho e as imensas tarefas que hoje são exigidas aos docentes dificultam muito a sua participação, bem como a perspetiva de recrutamento e formação de novos quadros sindicais;
4. a alteração do perfil dos docentes que se mantêm nas escolas em consequência da aposentação (saindo os mais experientes e politizados) e do desemprego em massa (impedindo o rejuvenescimento da classe).

A ATIVIDADE SINDICAL



O TRABALHO

Apesar das dificuldades, a nossa experiência permite concluir que o elo de ligação pessoal da estrutura sindical à base continua a ser questão central para o trabalho sindical. Nestes tempos de diminuição do universo docente, de dificuldades económicas e de um novo e cerrado ataque aos professores, é a sobrevivência do SPN e do tipo de sindicalismo dos sindicatos federados na Fenprof que também está em jogo.

Neste contexto, a formação política de dirigentes, delegados e ativistas, bem como a sua vinculação ao trabalho sindical na respetiva escola/agrupamento, são objetivos primordiais da nossa ação. Além da realização regular de plenários, temos realizado encontros para aprofundamento de questões de política educativa. As reuniões de escola (formais ou informais, nos intervalos), a mensagem eletrónica semanal, a afixação de propaganda no interior e exterior das escolas, as conferências de imprensa são procedimentos regulares no trabalho que desenvolvemos no distrito, e que atingem pontos altos em tempo de preparação de greves e grandes manifestações. Outra vertente a que damos uma atenção especial é o apoio aos associados, que cada vez mais recorrem ao sindicato com questões de grande complexidade, porque os problemas da profissão docente são cada vez maiores e complexos. As delegações consubstanciam um serviço de proximidade de extrema importância, que os professores têm ao seu dispor, e por isso procuramos coordenar respostas e partilhar experiências para tornar mais eficiente e de melhor qualidade o apoio aos sócios.



O FUTURO

Estamos num momento fulcral da vida do país. Para os professores e para a Escola Pública, a chamada "refundação do Estado" traduz-se na continuação dos cortes, na escala dos milhares de milhões de euros, na destruição da Escola Pública e da carreira docente, pelo que é do interesse dos professores, como dos portugueses em geral, o derrube do Governo e da atual política.

É tempo de unir esforços e vontades nesta tarefa patriótica! É nessa direção que continuaremos o nosso trabalho sindical, aqui, a sul do Douro.

Direção Distrital SPN/Aveiro

WATCH OUT NOW, TAKE CARE / BEWARE OF GREEDY LEADERS / THEY TAKE YOU WHERE YOU SHOULD NOT GO / WHILE WEEPING ATLAS CEDARS / THEY JUST WANT TO GROW, GROW AND GROW / BEWARE OF DARKNESS.

[George Harrison, *Beware of Darkness*]

Corria o ano lectivo 2010/2011, a professora que aqui vou identificar como *Isabel* estava, como habitualmente, a leccionar na sua escola, em Vila Nova de Gaia. Era, à data, directora de uma turma daquelas que exige mais do que um professor para garantir a integração e o sucesso educativos de crianças maioritariamente vítimas de graves problemas sociais e com carências básicas. A professora Isabel estava a poucos meses da aposentação, o culminar de uma vida profissional dedicada à carreira docente – uma vocação que sobreviveu a muitos governos, ministros, medidas, reformas e revisões, e que, nas suas palavras, estava a esgotar-se por força do terrorismo que se abateu sobre toda a sociedade, com uma incidência muito particular e violenta sobre os funcionários da administração.

A utilização da palavra “terrorismo” não é aleatória. Podia ser, como há dias ouvi e me ficou, este novo “fascismo social” em que nos querem encarcerar, fechando as janelas de futuro e condenando à mera sobrevivência várias gerações, sumariamente condenadas a carregar o fardo da pena proveniente de erros alheios, para seguir um caminho que não sabemos – ninguém sabe – e atingir algo que ninguém parece saber identificar. Mas preferi o “terrorismo” do dicionário: *sistema de governo por meio de terror ou de medidas violentas*.

Neste cenário, difícil por muitas razões, a professora Isabel, avisada e calejada pelas experiências, foi surpreendida. Na tarde de 2 de Março de 2011, cerca das 16h15, uma encarregada de educação dirigiu-se à escola para falar com a ela. Fora do horário destinado a esse tipo de atendimento, a professora Isabel acedeu à conversa, como sempre. Dirigiu-se para uma sala em frente aos serviços administrativos da escola e a sua

disponibilidade foi presenteada desta forma: “vou-te fazer uma espera, fodo-te toda, filha da puta”. Ofendida como nunca, a professora afastou-se do local, preservando a sua integridade e deixando a ocorrência para as autoridades competentes, nomeadamente a agente da PSP que lá se deslocou para atuar e garantir a segurança de todos. A tarde de trabalho continuou, até que, cerca das 18h30, quando a professora Isabel saiu da escola para se dirigir para casa, foi novamente atingida por insultos e impropérios que prefiro não reproduzir, pois a citação já transcrita não deixa grande margem para a imaginação.

Factos I. Tomada a notícia pela agente da PSP, iniciou-se o competente processo de inquérito, com indagações e repetições dos factos, dolorosos para quem os viveu e contou, mas com a consciência da sua essencialidade, como me transmitiu a professora Isabel. Em Dezembro de 2012, estes factos foram julgados pelo Tribunal Judicial de Vila Nova de Gaia, que deu como provados dois crimes – injúria e ameaça agravadas – cometidos sobre um funcionário do Estado no exercício das suas funções. Considerou, ainda, o Tribunal que a encarregada de educação actuou com dolo directo, ou seja, com a assumida intenção de ofender e de causar medo.

A professora Isabel não deduziu qualquer pedido de indemnização. Não quis. Entendeu que o dano que existiu foi um dano merecedor de prevenção geral. Se preferirmos, o que esteve sempre em causa foi a forma como todos queremos que os educadores das nossas crianças sejam tratados.

Para terminar, e reportando-me, como até aqui, apenas aos factos que o Tribunal deu como provados, uma última referência à

motivação assumida pela encarregada de educação: a professora Isabel afirmou à encarregada de educação que o filho desta tinha faltado vários dias às aulas. Erro crasso para a sua integridade, a docente preocupou-se, foi zelosa – foi professora.

Factos II. Atravessemos uma das pontes em direcção ao Porto, ao centro da cidade, freguesia da Vitória. Estamos no ano lectivo anterior, concretamente, no dia 6 de Maio de 2010 e no Jardim de Infância defronte da bela Praça Carlos Alberto, onde em 1958, também no mês de Maio, o general Humberto Delgado *declarou* o seu coração à cidade do Porto.

A educadora *Maria* (nome igualmente fictício), coordenadora do estabelecimento, é confrontada com o facto de uma encarregada de educação pretender entrar no jardim. Não conhecia a mãe em causa, não era educadora do filho e ignorava quaisquer razões para aquele ímpeto invasor de um espaço restrito, frequentado por crianças entre 3 e 5 anos de idade. Tentou acalmar a mãe, para que fosse possível perceber o que se passava e foi insultada: “puta” e “cabra” foram as palavras ouvidas antes de ser fisicamente agredida com dois estalos. Os óculos caíram e partiram-se, como partiram o sossego e a alegria de ir trabalhar para o “seu” jardim de sempre. Os primeiros foram recuperáveis com uma ida ao oculista, o restante não.

Formalizada a queixa, realizado o inquérito, chegamos a julgamento em Janeiro de 2013. A arguida não compareceu e foi na sua ausência que os factos se deram como provados, ouvidas as testemunhas arroladas. Desta feita, a agressão a um docente em exercício de funções será sancionada com a condenação da arguida e a imprescindível indemnização da ofendida pelos danos so-

CHOCA E DÁ QUE PENSAR

José Miguel Pinho
Jurista SPN

fridos: os patrimoniais, estão quantificados; os restantes não, e nenhuma sentença os conseguirá repor, sem prejuízo da decisão sem mácula que foi proferida neste caso. A encarregada de educação condenada não compareceu. Desconheço qualquer motivação, mas sei, como soube o Tribunal Criminal do Porto, que razões não existem. Não podem.

Fui advogado das duas ofendidas, expressamente autorizado a partilhar as suas histórias, e optei por fazê-lo aqui, reproduzindo algumas das injúrias e ameaças. Não o faço para provocar qualquer choque ou reacção; pessoalmente, o calão não me surpreende. O que choca e dá que pensar é a certeza de que não existe nenhum dia do ano escolar em que, algures no país, um professor não esteja a passar por factos semelhantes, mais ou menos graves, mas igualmente censuráveis e penalizadores para os destinatários. Esta é a crise em que nos encontramos, ausente de valores, de respeito pelas funções sociais mais nobres. Com isto, não pretendo qualquer vitimização, até porque a experiência, nestes casos, como em muitos outros, me garante que estas professoras não usam a veste de vítima. Esse papel foi-lhes imposto naquelas horas, e não mais, porque a dignidade é uma pertença delas, que não se dispuseram a alienar.

Inicialmente pretendia escrever sobre a legalização do esbulho que o Orçamento de Estado para 2013 impôs. Pretendia referir-me ao ataque sem precedentes aos pensionistas e à tentativa nada subliminar de criação de hostilidade entre trabalhadores e pensionistas por parte de quem nos governa. Ficará para outra ocasião, provavelmente, assim o espero, depois de o Tribunal Constitucional se pronunciar em relação a algumas normas.





JANEIRO

I Série

10. Decreto-Lei 3/13

Determina que o montante adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência (cuja soma seja igual ou superior a 600 euros) e o subsídio de Natal dos aposentados, reformados e demais pensionistas da Caixa Geral de Aposentações sejam pagos em duodécimos.

15. Portaria 15/13

Regimes de exceção na avaliação do desempenho consagrado no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário; revoga a Portaria 926/2010, de 20 de setembro.

17. Decreto-Lei 7/13

Regime excepcional para seleção e recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário na dependência do MEC.

25. Decreto-Lei 12/13

Regime jurídico de proteção social, na eventualidade de desemprego, dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas.

25. Decreto-Lei 13/13

Altera os regimes jurídicos de proteção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cônjuge a cargo.

28. Lei 11/13

Regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar em 2013.

29. Lei 12/13

Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei 202/2012, de 27 de agosto, que procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei 40/2004, de 18 de agosto.

29. Portaria 29/13

Estrutura nuclear da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

29. Portaria 30/13

Estrutura nuclear da Direção-Geral da Administração Escolar.

29. Portaria 31/13

Alteração à Portaria 148/2012, de 16 de maio, que fixa a estrutura orgânica da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira.

29. Portaria 32/13

Alteração à Portaria 258/2012, de 28 de agosto, que fixa a estrutura nuclear da Direção-Geral da Educação.

I Série - Suplemento

04. Portaria 3-B/13

Alteração à Portaria 92/2011, de 28 de fevereiro, que regula o Programa de Estágios Profissionais.

23. Portaria 22-A/13

Número de vagas atribuído a cada quadro de zona pedagógica, a preencher no concurso externo extraordinário regulado pelo Decreto-Lei 7/2013, de 17 de janeiro.

II Série

04. Despacho 125/13

Delegação e subdelegação de competências nos diretores, gestora e presidentes das comissões administrativas provisórias.

08. Aviso 353/13

Aposentados e reformados a partir de 1 de fevereiro de 2013.

09. Despacho 479/13

Delegação e subdelegação de competências no diretor-adjunto, Vasco Freitas.

09. Despacho 480/13

Delegação e subdelegação de competências no diretor regio-

nal adjunto, Aristides Martins de Sousa.

16. Despacho 865/13

Nomeia, em regime de substituição, os dirigentes da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

16. Despacho 866/13

Aclara os princípios e critérios que devem estar presentes na graduação dos candidatos da Educação Especial.

16. Despacho 867/13

Formação profissional oferecida pela Universidade Católica, em 2012/2013, aos docentes do Ensino Profissional.

18. Despacho 1035/13

Altera o Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 1.2 (cursos profissionais) do Eixo 1 (qualificação inicial) do POPH, aprovado pelo Despacho 18.224/2008, de 8 de julho.

23. Listagem 1/13

Entidades beneficiárias apoiadas pelo POPH no 2º semestre de 2012.

25. Regulamento 40/13

Regulamento do Financiamento Competitivo de Programas de Doutoramento FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

28. Recomendação 1/13

Recomendação do Conselho Nacional de Educação sobre Educação Artística.

29. Despacho 1690/13

Delegação de competências no diretor-geral dos Estabelecimentos Escolares, José Alberto Duarte, com a faculdade de subdelegação nos delegados regionais de Educação da mesma direção-geral.

II Série - Suplemento

02. Despacho 66-B/13

Valores máximos dos apoios a conceder às instituições particulares de solidariedade social, equiparadas, ou outras entidades de fins idênticos e de reconhecido interesse público.

03. Despacho 95-A/13

Procedimento excepcional de

avaliação e certificação de manuais escolares já adotados e em utilização e atualização do calendário de adoção de manuais escolares para 2013/14.

14. Despacho 796-B/13

Aprova as tabelas de retenção na fonte para o ano de 2013.

28. Aviso 1.340-A/13

Abertura do concurso extraordinário com vista ao acesso à carreira docente, ao abrigo do Decreto-Lei nº 7/2013, de 17 de janeiro.

FEVEREIRO

I Série

19. Decreto-Lei 28/13

Regime aplicável à contratação de doutorados para o exercício de atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico no âmbito do Programa Investigador FCT.

21. Decreto-Lei 29/13

Alteração ao Decreto-Lei 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional

II Série - Suplemento

15. Portaria 74-A/13. D.R. 33

Normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo que ofereçam o nível secundário de educação e em escolas profissionais.

II Série

08. Aviso 1.974/13

Aposentados e reformados a partir de 1 de março de 2013.

08. Despacho 2.299/13

Entidades acreditadas pela DGE como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares.

14. Despacho 2.507/13

Designação, em regime de substituição, do delegado regional de Educação da Região Norte.

II Série - Suplemento

05. Despacho 2162-A/13

Calendário dos exames nacionais para 2013.

NÃO ACERTARAM UMA!



Ana Alvim

Em resposta ao pedido de assistência técnica formulado pelo governo de Portugal, o Fundo Monetário Internacional (FMI) elaborou um relatório, intitulado “Repensar o Estado – opções selecionadas de reforma e despesa” e divulgado no passado mês de janeiro, em que as conclusões abusivas e as contradições são o resultado previsível da utilização de dados incorretos, e mesmo falsos, transformando esta ‘encomenda’ do governo de Passos Coelho num documento que, apesar de muito elogiado pelo secretário de Estado Carlos Moedas, apresenta como principal característica a confrangedora ausência de rigor técnico, mais não sendo do que uma brutal declaração de guerra à nossa economia, aos direitos dos cidadãos e uma afirmação clara das opções neoliberais deste Governo.

Como o próprio relatório refere, a equipa que o elaborou, “beneficiou amplamente das trocas de impressões com Ministros e/ou Secretários de Estado de todos os 11 ministérios, assim como com vários representantes de outras organizações”, a quem expressou o “sincero apreço pelas excelentes trocas de impressões e pelo *feedback* dado pelos representantes do governo com quem se reuniu”.

Hoje, pouco se fala já deste célebre relatório. Na ordem do dia está a 7ª avaliação do “memorando” em que, tal como aconteceu com o “relatório do FMI”, os resultados são os já previstos e irão constituir a justificação para a continuação de uma política de destruição do Estado social. Iremos ter mais *troika* e, por conseguinte, mais austeridade, mais pobreza e mais exclusão. A *troika*, nesta sua 7ª avaliação, irá lastimar o facto de o desemprego, a recessão, a dívida e o défice serem muito superiores ao previsto. O governo de Passos Coelho e Paulo Portas irá dizer que é uma pena “desperdiçar” os sacrifícios que já fizemos, que agora está quase... Só falta cortar os tais 4 mil milhões.

Será que esta gente do Governo não tem vergonha? Porque não assumem o falhanço, se é que é falhanço, das suas políticas? Ainda não se aperceberam de que não acertam numa só das suas previsões?

Estou cada vez mais convicto de que tudo isto traduz os propósitos deste Governo – a destruição do Estado Social. Por isso, é tempo de dizermos basta! É tempo de dizer *Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!*

Henrique Borges

RAP DA CONFERÊNCIA DAS FORMIGAS

*Coletivo Turma Dois
Escola Básica de Lagares,
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa*



Nota

O Rap da Conferência das Formigas foi escrito após o estudo das histórias "A Cigarra e a Formiga" e "A Formiga Rabiga, o Coelho Branco e a Cabra Cabrês" e da canção "A formiga do carreiro", de José Afonso.

O rap foi apresentado no âmbito da Semana da Leitura (Plano Anual de Atividades).

*Maria do Céu Anacleto
professora*

Coro 1

Convidámos três Formigas
Para virem a terreiro

Coro 2

São a Formiga Rabiga
A Formiga do Carreiro
E a Formiga da Cigarra
Que chora o verão inteiro

Coro 1

Formiguinha da Cigarra
Diga lá você primeiro

Formiga

Eu trabalho que me farto
Mas gosto de ouvir cantar
As migalhas eu acarto
Se a Cigarra me animar

Coro 1

E a Formiga do Carreiro
O que nos tem a dizer?

Coro 2

E a Formiga do Carreiro
O que nos tem a dizer?

Formiga

Trabalho a semana inteira
Mas também olho p'ros lados
Não me custa a canseira
Mas à noite vou aos fados

Coro 1

Dona Formiga Rabiga
Faça lá a conclusão!

Coro 2

Dona Formiga Rabiga
Faça lá a conclusão!

Formiga

Dos amigos sou amiga
E não gosto de abusos
E se a Cabra nos obriga
A vender rocas e fusos
Acabo com a confusão
Vou p'rá rua, vou p'rá briga
Furo às cabras a barriga
E acaba aqui a canção.



MITOLOGIA GREGA PARA OS MAIS NOVOS

PALAVRAS DIFÍCEIS EM BOCAS PEQUENINAS

No palco, cada um posiciona-se no seu lugar. A professora Dulce dá início ao ensaio geral e a professora Nanda arruma os meninos por ordem de entrada.

– Trouxemos lanche? – pergunta Nanda a Dulce, que não responde, concentrada em fazer os alunos do 1º Ciclo da escola das Beatas, do agrupamento Emídio Garcia (Bragança), dizerem as frases correctas.

– Se não trouxeram, podemos ir ao bar. – responde Altina, professora da secundária Miguel Torga que ajudou as colegas a organizar a representação de “O Labirinto do Minotauro”, com base na primeira aventura da colecção *Olimpvs.net*.

– Pois... mas eu tenho um que é diabético... – responde Nanda, preocupada.

– É o Dédalo! – responde o aluno vestido de Poseidon.

Dou uma gargalhada! Eles andam pelos seis aos nove anos e falam do arquitecto do Labirinto do Minotauro em Cnossos como quem fala de *beyblades* ou de outra coisa qualquer com que estejam mais familiarizados. E naquele momento sinto uma responsabilidade imensa e, ao mesmo tempo, uma grande humildade. Aqueles meninos e aquelas professoras ultrapassaram todas as expectativas, as minhas, quando eu e a Ana começámos a imaginar este projecto que quer levar a mitologia grega aos mais novos.

Pouco depois, a sala começa a encher-se de meninos todos vestidos de deuses gregos. É fácil fazer uma máscara de deus ou deusa, descobri! Basta um saco de plástico branco cortado nos sítios da cabeça e dos braços,

decorá-lo e fazer coroas de louros para completar. Alguns pais empenharam-se e havia fatos magnificamente decorados.

– A minha mãe não teve tempo... Ela trabalha, foi a professora que fez – diz-me um aluno do 4º ano.

As professoras fizeram muitos, mesmo muitos fatos e muitas coroas. Ao todo são uma centena de alunos, do 1º ao 4º ano, todos vestidos de gregos. Professoras incluídas.

– Olha um touro! – exclama um dos mais pequenos, mal acaba de se sentar no novo auditório da Emídio Garcia, o antigo liceu de Bragança.

– Não é um touro... É o Minotauro! – responde-lhe um dos mais velhos, com aquele ar de que os mais novos não sabem nada.

Os professores do Básico e os do Secundário são incansáveis. O moderno retroprojector que desce do tecto não liga e os anfitriões não desistem de o pôr a funcionar. Finalmente começa. Altina Fernandes apresenta a colecção *Olimpvs.net* e conta o primeiro volume aos mais pequenos. Por fim, o pano abre e começa o espectáculo!

Palmas, muitas palmas. Os artistas foram profissionalíssimos, com apenas dois dias de ensaios, sabiam as suas falas de cor (quase todos!) e quem não sabia teve uma ajuda da professora Dulce e de um dos colegas.

A professora Clara faz subir ao palco um conjunto grande de meninos, todos com um pedaço de cartolina na mão com o nome de um deus grego de um lado e uma descrição no outro: “Eu sou Hades, o deus do mundo inferior!”; “Eu sou He... He...” – há

nomes difíceis de pronunciar. “Porque é que eles não se chamavam João ou António?!”, brinca uma das professoras.

“Ó professora! E nós?!”, pergunta uma das meninas mais pequenas.

As professoras decidem pôr todos os alunos em palco. Os pais que conseguiram estar presentes fotografam-nos, ajeitam-lhes a máscara de Carnaval, orgulhosos.

Abrem-se os estores cinzentos e modernos que deixam entrar o sol quente. É a minha vez de falar. Só para agradecer, não há palavras que descrevam a emoção de ver o nosso trabalho plasmado em fatos de Carnaval, em palavras difíceis ditas por bocas pequeninas, em memórias que vão ficar para aqueles meninos e para mim!

– Gostaste? – pergunta-me uma menina, ansiosa pela minha resposta.

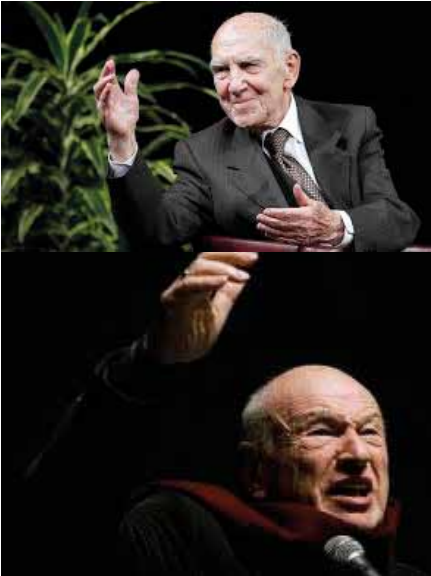
– Muito!

– Eu sou a Mel! – responde-me orgulhosa por ter encarnado uma das nossas personagens. Muito obrigada ao Sindicato dos Professores do Norte por ter dado a ideia à Escola das Beatas e por esta a ter acolhido tão bem!

A sementinha ficou porque, em breve, os meninos vão voltar a representar, desta vez, no Museu do Abade de Baçal, que no seu jardim tem um labirinto, bom para Minos, Parsífae, o touro branco, o Minotauro, Dédalo e os nossos heróis voltarem a actuar! “Nós somos os escolhidos dos deuses, os deuses da nova era!”

Bárbara Wong,
jornalista/escritora

O CAMINHO DA ESPERANÇA



Caros concidadãos, vimos denunciar os caminhos perversos de uma política cega que nos conduz ao desastre. Vimos enunciar uma via política para a salvação pública; uma esperança nova.

Depois de *Indignai-vos!* e de *Empenhai-vos!*, Stéphane Hessel (recentemente desaparecido) decidiu conversar com um dos mais reconhecidos intelectuais europeus, Edgar Morin, para reforçar o apelo à mobilização cívica. É assim que, neste volume [Editorial Planeta], Hessel e Morin ensaiam a criação de um governo mundial, a revitalização da solidariedade, a criação de casas de fraternidade, o desenvolvimento de uma economia que favoreça as pequenas e médias empresas, um novo modelo de consumo, a implementação de uma reforma laboral baseada nos princípios da racionalidade e a democratização do ensino, entre outros tópicos.

CONCERTOS DE PÁSCOA NA CASA DA MÚSICA



A Casa da Música celebra todos os anos a Páscoa com concertos dedicados ao tema da Paixão e com as mais reputadas obras da música sacra. Da *Missa de Mortos*, onde se pede a Deus o eterno repouso das almas e misericórdia no dia do Juízo Final, ao *Stabat Mater*, onde a mãe chora a morte do filho, passando pelas narrativas da morte e ressurreição, os programas reúnem as orquestras (Sinfónica e Barroca) e o coro da Casa da Música.

No ano em que Itália é o país-tema da programação, a CM apresenta uma das mais importantes obras sinfónicas corais (*Requiem*, de Verdi) e o *Stabat Mater*, de Vivaldi – respetivamente, nos dias 22 e 23 de março, às 21h30 e às 18 horas.

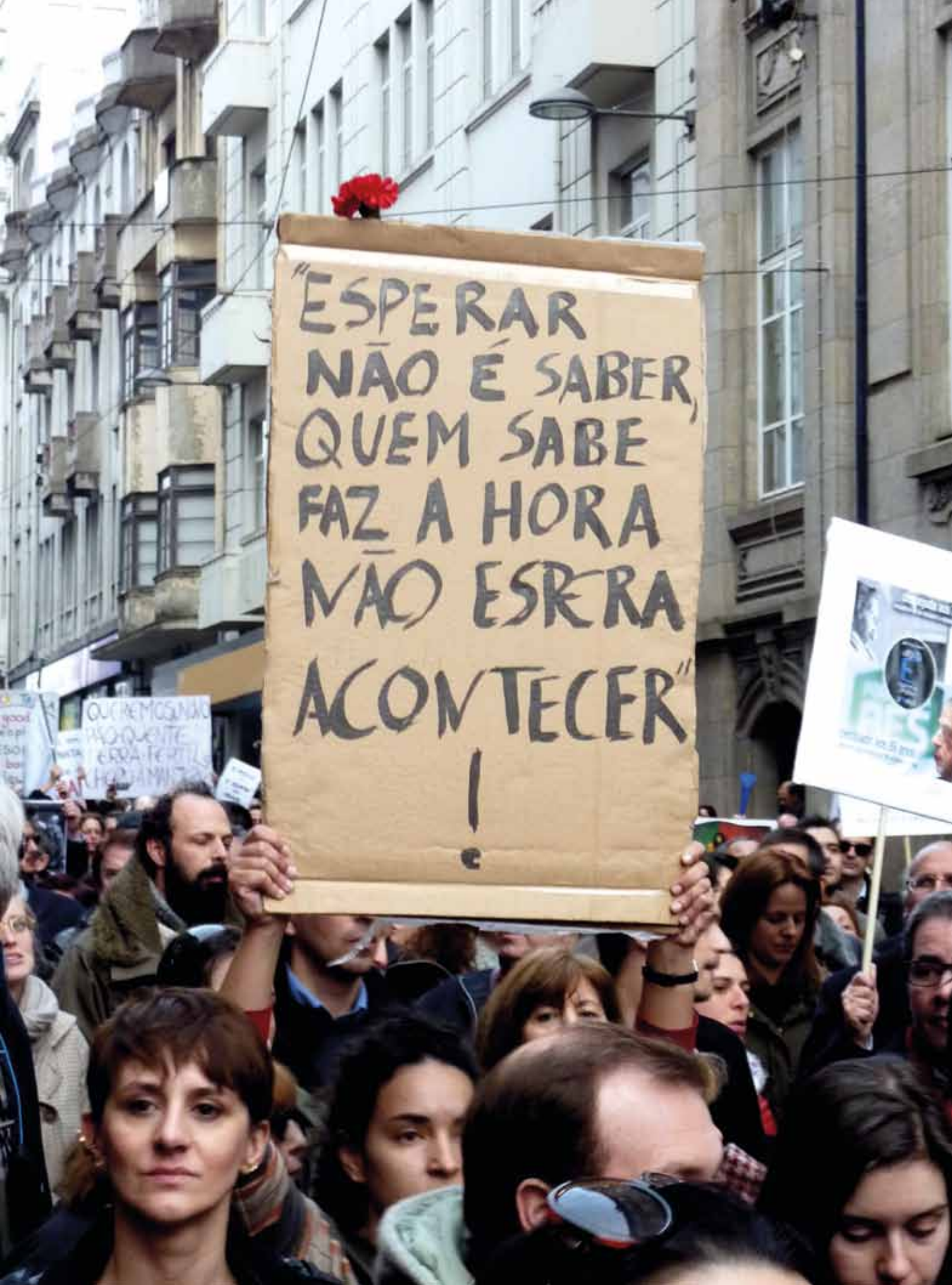
A descida da Cruz (pormenor), Mestre do Retábulo de Stauffenberg (sec. XV), Museu Unterlinden (Colmar, França)

EM ABRIL, NO COLISEU DO PORTO



24-25. Seis anos depois, aquela que é uma das mais respeitadas artistas brasileiras dos últimos anos está de regresso aos palcos nacionais para apresentar o seu último disco. Na tradição multidisciplinar de **MARISA MONTE**, o espetáculo cruza as canções de *O Que Você Quer Saber De Verdade* com a projeção das obras de reputados artistas plásticos brasileiros contemporâneos. “Mais do que um concerto ou uma performance, é uma experiência sensorial diversificada, onde a sofisticação contrasta com a pureza das composições”.

26-27. Vinte anos após o lançamento do projeto, que marcou a música portuguesa no início dos anos ‘90, os **RESISTÊNCIA** regressaram aos palcos em dezembro último. Reunindo músicos de diferentes áreas, a super-banda constituiu uma “frente” musical responsável por vários sucessos, apesar de apenas ter gravado três discos, recentemente reeditados. Com Alexandre Frazão, Fernando Cunha, Fernando Júdice, Fredo Mergner, José Salgueiro, Miguel Ângelo, Olavo Bilac, Pedro Ayres de Magalhães, Rui Luís Pereira e Tim (toda a formação original), estarão em palco os guitarristas Mário Delgado e Pedro Jóia.



Henrique Borges



nesta edição

- a abrir
02. **PE defende autodeterminação sarauí**
- editorial
03. **Onde está o ministro?**
- ação sindical
05. **Mega-agrupamentos contra tudo e contra todos**
06. **Ofertas de escola: o reino do vale-tudo**
08. **CEE será para valer?**
09. **Aposentações: convém estar alerta!**
- do superior
10. **Por um Ensino Superior de todos e para todos**
12. **Estagnação e retrocessos nas carreiras docentes**
- notícias SPN
15. **CFJ emitiu parecer sobre Plano de Atividades e Orçamento para 2013**
- manifesto
16. **Uma Escola para um Portugal com Futuro**
- entrevista
18. **Barbara Geier:
A nossa luta é por uma escola unificada**
- distritais spn
21. **SPN em Aveiro:
O território escolar | A atividade sindical**
- direito aos direitos
24. **Choca e dá que pensar**
- opinião
27. **Não acertaram uma!**
- opinião
28. **Rap da Conferência das Formigas**
29. **Mitologia grega para os mais novo**
- apostas spn
30. **O Caminho da Esperança
Concertos de Páscoa na Casa da Música
Em abril, no Coliseu do Porto**